

Impacto demográfico Nas demandas sociais em Pernambuco na virada do novo milenio

Neir Antunes Paes¹

Resumo

O processo de envelhecimento da populacao brasileira desencadeado na década de sessenta teve como principal responsavel a drástica reducao nos níveis da fecundidade. Pernambuco nao ficou á margem desses acontecimentos cujas consequencias sao arrasadoras: a mulher pernambucana gerou, em 1991, cerca de 3, 5 filhos em média, a menos, comparada com as da década de sessenta, cuja taxa era de 7 filhos em média; a mortalidade infantil despencou dos 136 óbitos por mil nascidos vivos para cerca de 84 por mil na década de oitenta e a taxa liquida migratória diminuiu. Como consequencia, a taxa de crescimento da populcao desceu a níveis históricos: 0,8% no período de 1991-96. A longo prazo, vislumbram-se mais beneficios pela continuidade desse processo de transicao demográfica, o que nao significa que vai elevar o Estado a uma condica de prosperidade e que os problemas se resolverao pela mudanca na estrutura etária da populacao. Exige-se que se tire proveito desse momento histórico e que se coloque no centro das discussões a questao da distribuicao espacial dos habitantes do Estado.

Palavras-chave: transicao demográfica, cenario demográfico, populacao.

Abstract

The aging process of the Brazillian population starting in the 1960s was caused mainly by the drastic reduction of fertility levels. Pernambuco was not at the margin of the se events and the consequences were dramatic. In 1991, women from Pernambuco bore approximately 3, 5 less children on average, if we compare with the sixties when the birth rate was 7 children on average; the infant mortality rate dropped from 136 deaths per one thousand live births to approximately 84 per one thousand in the eighties and the migratory net level decreased. As a consequence, the growth level of the population fell sharply:

0,80%, during 1991-96. In the long term, benefits can be foreseen as this demographic process continues. This does not imply that the State will prosper nor that problems will be solved be-cause of the change in the age structure of the population. It is mandatory to profit from this historic moment by focusing on the spatial distribution of the Pernambuco population.

Key words: transition, demographic scenery, population.

¹ Professor Adjunto do Departamento de Estatística - CCEN da Universidade Federal da Paraíba - e pesquisador do CNPq. FAX: (83) 2167117. E-mail: antunes@de.ufpb.br

Introducao

Há dois fatores que respondem pela dinâmica demográfica de uma região: o crescimento populacional e a distribuição espacial da população. O crescimento é, por sua vez, determinado pela relação que existe entre dois componentes: a natalidade e a mortalidade. Historicamente, no Brasil, esses componentes apresentaram elevadas taxas e ficou por conta do saldo positivo migratório a responsabilidade pelo incremento populacional. Mas, segundo Merrick e Graham (1981), por volta de 1870, os níveis da mortalidade iniciaram um processo de lento declínio, que se acentuou a partir de 1930. Permanecendo os níveis da natalidade aproximadamente constantes, a diferença entre os níveis desses dois componentes fez que houvesse um saldo positivo que, por sua vez, provocou um aumento na taxa de crescimento da população. Nesse período, as imigrações já se haviam reduzido drasticamente, passando o crescimento vegetativo (diferença entre nascimentos e óbitos) a ser o principal responsável pelo crescimento populacional brasileiro, atingindo seu ponto máximo nas décadas de 1950 e 1960, cujo percentual girava em torno de 2,9% ao ano. Foi nessa época que o fenômeno conhecido como "explosão demográfica" suscitou grandes debates e preocupações na esfera política e científica. No entanto, ao final dos anos 60, a natalidade desencadeou um escalada de declínio sem precedentes históricos, o que mudaria marcadamente os rumos da população brasileira. Esse fenômeno, em maior ou menor grau, foi o reflexo das mudanças ocorridas com um alcance nacional. A taxa de fecundidade total (TFT) - que significa o número médio de filhos tidos por uma mulher no seu período reprodutivo, assumindo que ela tenha vivido os comportamentos correntes de fecundidade (Tabela 1) - despencou dos 6,2 nas décadas de 1950 e 1960, para 2,2 em 1996, segundo estimativas recentes feitas pelo FIBGE (1997). Essa drástica redução, ao provocar um descenso no crescimento vegetativo, fez com que a taxa de crescimento da população de 3,0% ao ano, nos anos sessenta, passasse para 1,9 ao ano, no período de 1980 a 1991. Os primeiros resultados da Contagem Censitária de 1996 demonstraram evidências de uma redução dessa taxa no período de 1991-96.

Mesmo as regiões Norte e Nordeste, mais renhidas a mudanças dessa envergadura, acompanharam essas transformações que foram desencadeadas inicialmente nas regiões Sul e Sudeste do país. O estado de Pernambuco não ficou à margem desses acontecimentos. As suas taxas de crescimento também se reduziram drasticamente, nos últimos trinta anos - passaram de 2,3% ao ano, nos anos de 1960, para aproximadamente 0,8 % no período de 1991 a 1996 (Tabela 2), enquanto que a TFT reduziu de 7,2 filhos nos anos sessenta para 2,32 em 1996, conforme mostra a Tabela 1. A pergunta que se lança é: qual o significado que têm essas mudanças na fecundidade, no ritmo de crescimento da população brasileira e, em particular, da pernambucana?

Tabela 1
Taxas de Fecundidade Total para o Brasil e Pernambuco
1940-1991

Tabela 1
 Taxas de Fecundidade Total para o Brasil e Pernambuco 1940-1991

Regiao	Taxa de Fecundidade Total					
	1950	1960	1970	1980	1991	1996
Brasil	6,21	6,28	5,78	4,00	2,57	2,21
Pernambuco	7,17	7,18	7,03	6,40	3,50*	2,32

Fonte: Fundacao IBGE, 1997

* BEMFAM/DHS, 1992

A primeira consequência, como mencionado, foi a desaceleração do ritmo de crescimento populacional. E a manutenção desse ritmo implicará que, na véspera da virada do milênio, no país, haverá uma população de cerca de 170 milhões de pessoas e, em Pernambuco, em torno de 7.414 mil habitantes.

A tentativa de entender fenômenos demográficos dessa natureza motivou os estudiosos a modelar uma teoria conhecida como "transição demográfica", que se caracteriza pela passagem de um padrão demográfico tradicional, entendido como sendo aquele com altos níveis de natalidade e de mortalidade, para um padrão em que coexistiriam níveis baixos da natalidade e da mortalidade. Apesar de útil para explicar e simplificar essa passagem para países europeus, tal teoria parece não dar conta das peculiaridades com que essa transição se processa no Brasil e em Pernambuco, pois o que está por trás dela é que a transição se dá acompanhada por um declínio lento e gradual da mortalidade e da natalidade em um processo concomitante a avanços relativos a transformações políticas, sociais e econômicas, que, em última instância, consubstanciam-se em uma melhoria geral na qualidade de vida da população.

O ritmo e a velocidade da mudança e a não-concomitância com uma melhoria no padrão de vida da população brasileira são elementos distintivos dessas peculiaridades. Embora não seja preocupação, aqui, discutir a validade ou não da referida teoria ao caso brasileiro (ver, por exemplo, Martine, 1989), ela traz importantes contribuições para nortear o enfoque das análises das mudanças demográficas que se processam no Brasil e que, de certo modo, também nortearão as discussões deste trabalho. O propósito, aqui, é traçar um cenário demográfico da população de Pernambuco no início do milênio, à luz da teoria da transição demográfica, e tecer algumas considerações sobre as consequências sociais e demográficas advindas desse cenário.

A evolução da população pernambucana e seus determinantes

Dados definitivos da Contagem Censitária Populacional de 1996 (FIBGE, 1997) informam que a taxa de crescimento populacional de Pernambuco diminuiu nos primeiros seis anos dessa década, quando comparada com a década passada. A média, que era de 1,4% ao ano naquela década, reduziu para 0,8%. O levantamento indica que a população era de 7.399.131 habitantes e que o sexo feminino segnia sendo maioria, com 51,7% da população (Tabela 2).

Desde a década de 1950, Pernambuco já apresentava um ritmo de crescimento populacional inferior ao país como um todo. Mas, essa distância se acentuou muito mais, nos

últimos cinco anos, entre 1991 e 1996. O comportamento populacional das últimas décadas de Pernambuco e do Brasil decorrem de componentes distintos. Para o Estado, o componente vegetativo e o migratório tiveram, ambos, participação no crescimento populacional, particularmente o primeiro em consequência dos elevados níveis da fecundidade prevalentes, enquanto que, para o Brasil, apenas se deu a atuação do primeiro componente. De 1940 a 1970, a taxa de crescimento vegetativo do Estado foi sistematicamente superior ou aproximada à do crescimento observado no país, cuja população pode ser considerada fechada. A diferença entre as taxas de crescimento observadas pode ser explicada pela migração dos pernambucanos. No entanto, a partir de 1970, o quadro modificou-se. O componente migratório parece ter arrefecido seu papel e coincide com um período em que se iniciou no Estado um acentuado processo de mudanças demográficas, inserindo-se em um movimento de âmbito nacional que já tinha sido desencadeado nas regiões Sul e Sudeste do país, no final dos anos sessenta.

Tabela 2
Evolução da População Total de Pernambuco e Brasil – 1940-1996

Ano	População	Pernambuco		Taxas Anuais de Crescimento Observada (%)	
		% na População Brasileira	Taxas Anuais de Crescimento Vegetativo	Pernambuco	Brasil
1940	2.688.240	6,5	-	-	-
1950	3.395.185	6,5	2,5	2,3	2,3
1960	4.136.900	5,9	2,9	2,0	3,0
1970	5.160.640	5,5	2,9	2,3	2,9
1980	6.147.102	5,1	2,2	1,7	2,5
1991	7.127.855	4,9	-	1,4	1,9
1996	7.399.131	4,4	-	0,8	1,6

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e Censo Populacional de 1996.

Para o entendimento desse novo padrão demográfico que se delineia para Pernambuco, é necessário se verifique a atuação dos demais componentes da dinâmica populacional, ou seja, a mortalidade e a natalidade.

No tocante à mortalidade (Tabela 3), os níveis permanecem ainda elevados. Para 1990, Paes (1997), do uma nova metodologia de estimação, encontrou uma esperança de vida, ao nascer em torno de 60,7. Seu processo declinante deu-se no início da década de cinquenta, depois de haver permanecido mais ou menos constante, pelo menos desde os anos quarenta, com uma expectativa de vida em torno de 36 anos.

As reduções dos níveis da mortalidade nas últimas décadas ocorreram muito mais por reflexo de ações respaldadas pelo efeito agregado de conquistas da medicina e de tecnologia médico-sanitária do que por melhorias nas condições de vida da população. Como afirmou Martine (1989), ao se referir ao descenso da mortalidade brasileira, "a partir da década de 1930, já havia sido constatado o seu divórcio parcial em relação ao processo de desenvolvimento". Esse processo de mudanças na mortalidade do Brasil também ocorreu em Pernambuco, o qual vem desenhando na população etária um novo perfil de causas de morte no Estado.

Grande parte do aumento da esperança de vida ocorreu devido à redução nas taxas da mortalidade infantil, cujos programas e atenção se voltaram, principalmente, a partir da

última década. Durante os primeiros anos de vida, a redução da mortalidade é respondida principalmente por intervenções no controle das enfermidades infecciosas e parasitárias. Ainda assim, a taxa de mortalidade infantil seguia alta em 1990. Segundo Paes (1997), ela estava por volta de 84 mortes para cada 1000 crianças nascidas vivas no Estado, uma das mais elevadas do país, cuja média nacional se encontrava em torno de 50 por mil nascidos vivos, no mesmo ano. No entanto, é preciso reconhecer que houve um grande avanço, pois, em 1980, essa taxa era, aproximadamente, de 137 óbitos por mil, segundo a Fundação IBGE (1993).

Nas idades adultas, em que o diferencial por sexo é mais relevante, são as causas externas, como acidentes de trânsito e homicídios para os homens e as complicações da gravidez, entre as mulheres, que respondem pelas causas mais importantes que comandam as variações. Desde 1990, pelo menos, Pernambuco já ocupava a quarta posição no país com mortes violentas masculinas. Nos idosos, as doenças crônicas e degenerativas acarretam as maiores vítimas (Paes 1997).

A questão – que ainda é grave – é a persistência de padrões epidemiológicos que não mais se justificam diante das elementares medidas já conhecidas. É certo que a eficácia das intervenções públicas esbarra em condições reais de pobreza que, por vezes, atenuam ou mesmo boicotam os propósitos buscados. No entanto, os sistemas tradicionais de vigilância epidemiológica, identificação e localização das populações de risco carecem ainda de mais eficiência do monitoramento demográfico-epidemiológico.

No tocante à fecundidade do Estado, os fatores determinantes do atual declínio vertiginoso também parecem estar ligados a avanços tecnológicos e a aspirações associadas com a modernidade do que propriamente a progressos na qualidade de vida da população. Em 1991, as mulheres pernambucanas tinham reduzido, por um pouco mais da metade, o número médio de filhos vivos em 1960. Esse impressionante declínio nos níveis da fecundidade significa dizer que a geração de mulheres que entraram em idade fértil em 1990 já não repunham mais suas gerações antecessoras. São várias as explicações dadas pelos demógrafos, antropólogos, sociólogos, economistas e cientistas políticos, mas todos eles concordam sobre a irrefutabilidade do rápido declínio e sobre seu efeito devastador na população de todo o Brasil.

Os fatores que tentam explicar esse fenômeno no Estado são muito similares aos encontrados para as outras regiões do país embora o ritmo e a extensão da difusão do controle da prole tenham tido peculiaridades e agentes locais. É certo que agências financiadas com recursos externos atuaram no Nordeste e em Pernambuco, oferecendo serviços de planejamento familiar, e tenham dado sua contribuição, fato que ocorreu com menor ênfase no Sul e Sudeste do país. No entanto, nem o governo federal, nem estadual esboçou nenhum movimento explícito de controle da natalidade que repercutisse de forma tão incisiva, a ponto de provocar esse fenômeno. Em Pernambuco, instituições como a BENFAM até participaram de convênios com a Secretaria do Estado, contribuindo com o governo em ações de planejamento familiar. Martine (1989), ao analisar essa questão, enfatiza pelo menos dois fatores que diferenciariam a atual transição demográfica brasileira da ocorrida nos países desenvolvidos: "os avanços tecnológicos para controle dos nascimentos e as consequências imprevistas das ações modernizantes do poder público em áreas que, aparentemente, nada têm a ver com a questão populacional"

Sem dúvida, houve uma profunda revolução no comportamento reprodutivo dos pernambucanos. Aceita-se, sem muitas discussões, que os métodos ou recursos contraceptivos, como a esterilização e os abortos, foram e continuam sendo os principais responsáveis pelo rápido declínio da fecundidade. Segundo a pesquisa feita pela BENFAM e DHS (1992), 33,9% das mulheres pernambucanas unidas em 1991 já estavam esterilizadas. Do total, cerca de 62% usavam algum método contraceptivo, o que colocava Pernambuco em

posicao intermediária no Nordeste.

Quanto ao segundo fator, Faria (1988) traz argumentos plausíveis, ao defender que uma série de políticas governamentais, destinadas a modernizar a infra-estrutura básica e os serviços públicos, tiveram efeitos na mudança de valores e condutas relativas ao planejamento familiar. Essas políticas, de certo modo, até imprevisíveis no tocante indireto sobre o efeito das mudanças e atitudes da população, passaram, entre outras, pelo papel das telecomunicações, fornecendo conhecimentos e provocando estímulos à aquisição de novos valores e alteração nos padrões de consumo; pela universalização de serviços médicos quanto à atenção à gravidez e ao parto, o que aumentaria o custo da reprodução. Juntamente com outros argumentos complementares, deu-se maior abertura do mercado de trabalho à participação da mão-de-obra feminina, tornando mais difícil a conciliação entre casa, trabalho e filhos; o aumento do nível educacional médio e uma série de outros fatores que não se esgotam simplesmente com explicações individuais, como modernização, industrialização, urbanização e desenvolvimento. É necessário mais do, que essas considerações genéricas dadas aqui, exaurir o potencial exploratório dessa temática. O certo é que a população pernambucana provocou uma revolução no seu comportamento reprodutivo cujas explicações passam por argumentos análogos aos usados para as mudanças ocorridas no resto do país.

Perspectivas da população pernambucana

A fecundidade

A queda da fecundidade deve prosseguir. A demanda por meios de controle da natalidade ainda é muito forte. Dados extraídos da pesquisa realizada pela BENFAM e DHS (1992) no ano de 1991 informam, por exemplo, que, do total de mulheres unidas que já tinham dois filhos vivos no momento da pesquisa, cerca de 80 % declararam que não mais desejariam ter filhos. Independentemente da idade dessas mulheres, o número médio ideal de filhos declarados por todas as mulheres pesquisadas era de 2,6, enquanto que a TFT estimada foi de 3,5 filhos. Quanto a intenção de uso no futuro de algum método anticoncepcional, no Nordeste, cerca de 32% das mulheres com união declararam que pretendiam esterilizar-se em um futuro próximo, intenção que não devia ser muito diferente para Pernambuco. Existem indícios de que o governo está empreendendo ações mais explícitas de planejamento familiar através de vários programas, junto com ONGs e agências como a BENFAM. Diante disso, as perspectivas são de continuidade do descenso dos níveis de fecundidade no Estado, com padrões reprodutivos cada vez mais parecidos aos verificados nos países mais avançados. A velocidade, no entanto, é difícil de prever. Os poucos trabalhos que procura-ram especular sobre o comportamento futuro dos níveis da fecundidade do Estado, nem mesmo os mais otimistas, como, por exemplo, o da FUNDAJ (1986) e o do CONDEPE (1987), puderam prever o ritmo da queda da fecundidade do Estado. Todos os prognósticos abortaram. Aliás, a nível nacional, nenhum estudioso do tema desconfiava de que a natalidade viesse a atingir patamares tão baixos em tão pouco tempo. Por cautela, poucos se arriscam a fazer previsões agora, mas o certo é que essa tendência não demonstra nenhum sinal de irreversibilidade e que, muito em breve, o Brasil, incluindo o estado de Pernambuco, vai atingir o nível de reposição populacional com poucos paralelos em regiões do mundo inteiro.

A mortalidade

Quanto a mortalidade, seu ritmo andará a passos mais lentos que o da fecundidade,

guardadas as proporções devidas. São diversos os indicadores que apontam no sentido da redução dos níveis da mortalidade, particularmente da taxa de mortalidade infantil, cuja trajetória a percorrer ainda é longa até atingir níveis de primeiro mundo - por volta dos 5-6 óbitos por mil nascidos vivos, como apresentados atualmente, por exemplo, pelo Japão ou os países da Escandinávia. A mortalidade tenderá a seguir seu ritmo de descenso em função da continuidade das políticas de estruturação dos serviços de saúde pública, desencadeadas de modo mais efetivo nos últimos anos, como uma melhora na atenção materno-infantil. Essas políticas estão sendo materializadas em decorrência de ações governamentais e institucionais e de programas, a exemplo do Programa de Agentes Comunitários - PACS - e da Pastoral da Criança. Um outro requisito indispensável para a redução das taxas de mortalidade consiste em eliminar o analfabetismo e melhorar o nível educacional da população. Nesse sentido, os dados censitários da Fundação IBGE revelam que Pernambuco vem conseguindo reduzir o percentual de analfabetos, que, em 1991, era da ordem de 34,3 % a partir dos quinze anos de idade; e as perspectivas são de, no mínimo, manutenção do descenso do período anterior. O desenho de um novo perfil de causas de morte por idade e sexo já vem ocorrendo. Paes (1997) encontrou que a transição epidemiológica já teve seu início em Pernambuco, caracterizada em grandes linhas pela diminuição das mortes por doenças infecciosas e parasitárias e pelo aumento gradual das enfermidades crônico-degenerativas, apesar de forças em contrário, como o aumento agressivo das causas externas.

As migrações

Depois das oscilações apresentadas nas últimas décadas (taxa líquida de migração nos períodos de 1950-60, 1960-70 e 1970-80, respectivamente de -10,7%, -2,6% e de 9,2% ao ano, segundo o CONDEPE, 1987), a tendência das migrações será de arrefecimento dos níveis das taxas líquidas. Um dos últimos trabalhos enfocando esse componente demográfico no Estado apontou que a emigração estadual vinha apresentando uma tendência decrescente e que provocou um impacto menor (em torno de 0,4% ao ano, na década de 80) sobre a taxa de crescimento populacional (Albuquerque e Duarte, 1988). Há evidências de que as imigrações paulistas diminuiriam desde a década de 1980, provocando uma forte ruptura na tendência do comportamento da migração nesse período como também de mudança no papel do estado de São Paulo como pólo de intensa atração e concentração de população do país (Secretaria de Planejamento e Gestão, 1993). O saldo positivo superior a três milhões no período de 1970-80 passou para um saldo de apenas 587 mil pessoas no período de 1980-91. Pernambuco, que tinha como principal destino o estado de São Paulo, provavelmente arrefeceu seu estoque de envio para aquele Estado. Não há evidências de que houve uma mudança de destino para outros centros de atração, o que levaria à suspeita de que a tendência futura próxima seria, de fato, de diminuição das perdas migratórias do Estado. Infelizmente o papel do Estado em suprir informações sobre as migrações está vazio há vários anos, o que dificulta enormemente os estudos sobre a dinâmica de sua população, os quais comprometem a eficácia de suas ações e do planejamento.

Consequências nas demandas sociais

O ritmo, a trajetória, os mecanismos para o avanço dos níveis dos componentes demográficos trazem várias implicações na composição da População quanto ao ritmo do crescimento e quanto à estrutura etária da população. Entre as mais importantes implicações, destacam-se, entre outras: o envelhecimento da população, o que traz, em decorrência, um aumento do percentual da população idosa e daquela em idade economicamente ativa e a diminuição da população jovem.

Populacao idosa

Uma consequência no aumento da população idosa será refletida na Previdência Social, desde que haverá mais indivíduos demandando benefícios devido as aposentadorias e à inabilitação para o trabalho. Por sua vez, o sistema de saúde terá que se preparar para a ampliação e fortificação dos serviços geriátricos, visto que haverá um incremento substancial dos contingentes com enfermidades crônicas e degenerativas decorrentes das mudanças nos padrões de morbimortalidade já em curso.

Isso significa maior pressão por serviços médico-hospitalares, como consultas médicas, implementação de novas técnicas terapêuticas e demais cuidados médicos. Os serviços geriátricos são usualmente dispendiosos, o que implicará um maior incremento no custo "per capita" médio dos idosos. Aumentará, gradualmente, também, a demanda pelo serviço social voltado para o atendimento ao bem-estar dessa massa crescente e menos dotada de recursos financeiros, a exemplo da questão da nutrição, moradia, ocupação, lazer e segurança. Essas questões não se referem somente à quantidade mas também à qualidade relativas aos aspectos pertinentes à prestação desses serviços que já são bastante deficientes.

Populacao em idade ativa

A taxa de crescimento da população em idade ativa será bem maior do que a da população total. E a depender da capacidade e da velocidade de o Estado absorver o contingente ativo da população nas atividades econômicas, o sistema de previdência poderá ser compensado. Ou seja, um dos reflexos do envelhecimento da população diz respeito à oferta de emprego e à menor demanda por serviços sociais. Ao se projetar uma diminuição no coeficiente de dependência (resultado do quociente entre o número de crianças e idosos sobre o de idade produtiva), para os órgãos de previdência, bem como no dos encargos sociais, esse coeficiente será favorável para amenizar o impacto provocado pela população idosa inativa não contribuinte. Os esforços, portanto, que a economia pernambucana terá de realizar, para atender às novas pressões do mercado, terão que se dobrar.

Essa questão da mudança do perfil populacional pernambucano ainda passa por outros setores importantes. Se a capacidade de absorção da mão-de-obra implica ainda aliviar a demanda por alguns serviços sociais, como, por exemplo, educação e saúde; por outro lado, tende a aumentar a demanda por habitação e saneamento básico, segurança pública, lazer, qualidade ambiental e cuidados com populações marginais etc. Com relação ao primeiro, a habitação, Albuquerque e Duarte (1988) tomaram como base o "deficit" habitacional de 1980, que era da ordem de 300 mil domicílios em Pernambuco, e estimaram um incremento entre 40% e 66% de necessidades habitacionais para o ano 2000.

Do ponto de vista demográfico, o momento de transição da população pernambucana é favorável, porque o crescimento da população em idade ativa supera a dos idosos. Como chama a atenção Santos e outros (1990), essa pressão no mercado de trabalho tem ainda um contingente populacional bem definido: aquele acima da faixa etária de 25-30 anos, pois, na virada do milênio, estarão nessa faixa aqueles que nasceram antes do período em que a fecundidade ainda era alta no Estado. Nessa faixa etária, inclui-se um volume considerável de mulheres em idade reprodutiva, o que sugere que, nessa época, ainda será alta a demanda por serviços de planejamento familiar. Convém lembrar que essa demanda pode ser contrabalançada pelos grupos abaixo dos 25 anos, que, mantendo a tendência crescente por esterilização, podem contribuir para reduzir a demanda por serviços de planejamento familiar.

Populacao infantil e juvenil

A educacao parece ser um dos setores mais afetados diretamente nas faixas etárias que demandam o ensino pré-escolar e o primeiro grau pelo arrefecimento no ritmo de crescimento desses contingentes populacionais. Para esse cenário, haverá uma entrada média anual da idade de escolarizacao básica inferior áquela que ocorreria caso a fecundidade se mantivesse nos mesmos niveis verificados nos anos de 1970. Fazendo previsões para o ano 2000, Albuquerque e Duarte (1988) estimaram que, mantendo-se as taxas de atendimento verificadas para 1980, a consequência seria a de uma diminuicao na demanda escolar do ensino do 1º grau, em torno de 250 mil alunos, o que implicaria reduzir em 20% a pressao de alunos por salas de aula, desde que se mantenha constante a taxa de ocupacao das salas de aulas ocupadas em 1980. Essas colocacoes sugerem que não se justifica a preocupacao na construcao de novas salas de aulas na virada do milénio, mas os investimentos deveriam deslocar-se para o lado qualitativo do atendimento escolar.

É também previsível uma menor pressao quanto á assisténcia médico-hospitalar, particularmente para as crianças menores de cinco anos de idade no Estado. As chances de se universalizar a cobertura dos diversos tipos de imunizacao serão bem maiores, ainda que se mantenham os mesmos investimentos atuais.

Conclusao

As implicacoes da dinâmica demográfica em uma regio são extremamente complexas, pois há uma série de vantagens e desvantagens que afetam, direta e indiretamente, as demandas sociais. O balanço entre uma e outra depende fundamentalmente do modelo de desenvolvimento e da evolucao da organizacao social da producao e da populacao. Pela experiência dos países que já realizaram a transicao demográfica, é possível dizer que, a longo prazo, vislumbram-se mais beneficios pela continuidade da reducao dos níveis da fecundidade, o que não significa dizer que a reducao por si mesma vai elevar o Estado a uma condicao de prosperidade e os problemas se resolverao pelas mudancas na estrutura etária da populacao. É preciso não centralizar a discussao sobre políticas populacionais sobre a questao da fecundidade, como alerta Martine (1989). As preocupacoes deveriam ser canalizadas para o segundo componente da dinâmica demográfica, ou seja, a distribuicao espacial da populacao. É evidente a continuidade do aumento da taxa de crescimento urbano e uma reducao da populacao rural em números absolutos que Pernambuco já vem experimentando desde o final da década de 1960. Ou seja, o futuro é urbano. A mortalidade e a fecundidade deverao seguir seus cursos normais de descenso, e o papel do Estado com relacao á elas já está estabelecido: buscar os meios mais eficientes para reduzir a primeira e permitir a democratizacao dos meios para que a populacao faça suas opcoes de planejamento familiar. Resta ao Estado, ao governo, tracar diretrizes básicas que reorientem a ocupacao populacional dos espacos. As consequências desse cenário deveriam ser motivo de profundas reflexoes sobre o papel do Estado, que - parece - não se deu conta ainda do momento histórico único que Pernambuco enfrenta para tirar dele o melhor proveito possível.

BIBLIOGRAFÍA

- ☐ ALBUQUERQUE, Sheilia E de Lima; DUARTE, Fernando José. Pernambuco - a queda da fecundidade e as demandas sociais básicas: 1980-2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1988, 6 Anais...Belo Horizonte: ABEP 1988. v -4, p. 177-198.
- ☐ BEMFAM/ DHS. Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste Brasil - 1991, SOCIEDADE CIVIL BEM ESTAR FAMILIAR NO BRASIL, Rio de Janeiro, 1992.
- ☐ FARIA, Vilmar. Políticas de governo e regulacao da fecundidade: consequências não antecipadas e efeitos perversos. Conference on the demography of inequality in contemporary Latin America. Universidade da Flórida (EUA), 1988.
- ☐ FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil 1992. Rio de Janeiro, 1993. v 52.
- ☐ FUNDAÇÃO IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1996. Rio de Janeiro, 1997. v 56.
- ☐ FUNDACAO JOAQUIM NABUCO. Dinâmica Demográfica Recente dos Estados e Microrregioes do Nordeste - 1960/1980, Recife, 1986.
- ☐ INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE PERNAMBUCO. Cenário Prospectivo da Populacao Pernambucana: 1981-2000, Recife, 1987. 76 p. (Informações Demográficas de Pernambuco, 13).
- ☐ MARTINE, George. O mito da explosao demográfica. Revista Ciencia Hoje. v 9, n. 51, 1989.
- ☐ MERRICK, Thomas W Populacao e Desenvolvimento Económico no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ☐ PAES, Neir Antunes. O poder explicativo dos registros vitais para estimar taxas de mortalidade no Brasil. Relatório Técnico do CNPq (Processo No. 320224/95-1), 1997.
- ☐ SANTOS, Tais de E e outros. A populacao do nordeste em face da transicao demográfica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7. 1990,Anais..., [s.l.]. ABEP 1990. v 2.
- ☐ SAO PAULO. (Estado) Secretaria de Planejamento e Gestão. Como está São Paulo: as pessoas/a producao/os municipios/o meio ambiente, São Paulo, 1993.